03-07-2025

Debatendo o SUS: a expressão de um desejo

- Relato de experiência -

Alberto Jucelino Pereira Junior

[Advogado Sanitarista, doutorando em Saúde Pública/Ensp, Membro do GE MultiVisat]

Lecionar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) proporcionou roda de discussão multifacetada, marcada pela história, organização, doutrina, legislação e desafios que ainda hoje atravessam o SUS. As falas emocionadas revelaram uma compreensão crítica e apaixonada do SUS como projeto político ousado, que rompeu a lógica assistencialista e afirmou a saúde como um direito humano fundamental, instrumento de cidadania e de enfrentamento às desigualdades históricas do país. Críticas contundentes ao modelo hospitalocêntrico e médico-centrado – herança de um sistema elitista e excludente – revelaram os entraves enfrentados pela atenção primária, que deveria ser o coração pulsante do SUS. Muitos participantes desabafaram sobre a histórica resistência de médicos em atuar nas periferias e nos territórios esquecidos, onde o abandono do Estado é visível. Muitos profissionais se recusavam a estar onde o povo mais precisava, escancarando a desigualdade social e a luta de classes que ainda molda a saúde brasileira. Ficou evidente que a efetividade do SUS só será possível com o fortalecimento de uma atenção básica verdadeiramente enraizada, territorializada, acolhedora, sensível às culturas locais e ao saber do povo.

A participação social foi celebrada como força motriz do SUS, lembrando-se com orgulho das Conferências Nacionais de Saúde, sobretudo da 8ª Conferência (1986) – um marco vibrante, onde o povo tomou a palavra e antecipou, com coragem e luta, o reconhecimento constitucional da saúde como direito universal e dever do Estado. Essa memória viva reacendeu o alerta: o SUS é, até hoje, um campo de disputa política e ideológica. Denunciar as ameaças de desmonte, os projetos de privatização e as tentativas de transformar a saúde em mercadoria é um dever ético de todos que acreditam em justiça social. Análises sensíveis sobre políticas recentes voltadas para populações com deficiência e pessoas no espectro do autismo levantaram outro dilema importante: como garantir a universalidade sem permitir que interesses mercadológicos e práticas exclusivistas avancem sob o pretexto de cuidado? Falas indignadas e apreensivas alertaram sobre a crescente mercantilização da saúde mental e atendimentos aos autistas.

O risco da fragmentação e da fragilização do SUS é real quando se abre espaço para nichos privatizados que podem gerar segregação, dificuldades no acesso de outras populações vulneráveis, favorecendo um mercado cada vez mais lucrativo e menos solidário. Relato valioso de colega, na perspectiva do Ministério da Saúde, revelou duras limitações orçamentárias e desafios para pactuar ações. A dimensão histórica e política do SUS permeou o debate como um fio de esperança e resistência. Foi lembrado com emoção que o SUS não nasceu de gabinetes técnicos, mas do suor das ruas, das lutas contra a ditadura, das vozes dos movimentos sociais que exigiram dignidade. Exemplos simbólicos foram a luta ética de Betinho, pelo cuidado, pela vida e contra a comercialização do sangue; e as influências de experiências internacionais, como a italiana, que compõem a alma do SUS, movido pelos princípios irrenunciáveis da universalidade, integralidade e equidade. Muitas críticas à atuação do Conselho Federal de Medicina e à postura conservadora de segmentos corporativos da medicina frente às políticas de interiorização e universalização do acesso à saúde, com destaque à polêmica do programa "Mais Médicos". A resistência foi denunciada como um obstáculo real e persistente para que o SUS cumpra, de fato, sua missão social. Resistência que expõe, sem disfarces, a permanência de interesses corporativos que barram a construção de práticas mais humanas, justas e igualitárias. Ocorreram reflexões e questionamentos sobre a prática elitista e, por vezes, veladamente preconceituosa, que ainda marca o atendimento médico em muitos espaços do SUS. Falou-se com indignação sobre o despreparo e a não sensibilização de muitos profissionais para acolherem as múltiplas diversidades culturais, sociais e territoriais da população.

O debate se acirrou com a intersetorialidade do SUS. A saúde foi reconhecida como um fenômeno vivo, complexo e interligado a direitos essenciais como educação, moradia, trabalho, lazer e cultura.

Foi emocionante ouvir como o SUS ousou propor um novo modo de olhar para o ser humano – não como corpo isolado, mas como sujeito pleno de história, território, vínculos e desejos. A capacidade do SUS de articular políticas públicas de forma gratuita, solidária e equitativa foi exaltada como um dos maiores feitos civilizatórios do país. Em meio à emoção, destacou-se a imensa capilaridade do SUS, que enfrenta o desafio quase épico de chegar aos lugares mais remotos das aldeias indígenas e aos bairros esquecidos de grandes cidades. A luta diária de agentes comunitários foi reverenciada como ato de coragem e amor, rompendo barreiras culturais, geográficas e simbólicas para garantir que ninguém seja deixado para trás. Na Amazônia, as dificuldades gritantes apontadas – distâncias imensas, isolamento, carência estrutural, rios e matas – evidenciaram ainda mais que a universalidade do SUS não é uma promessa abstrata e precisa ser sustentada com esforço, recursos e vontade política. Outro momento impactante foi a importância de proteger o campo semântico e jurídico que dá sustentação ao SUS. A doutrina do sistema, baseada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, foi descrita como o "esqueleto vivo" de um projeto político e ético que deve ser permanentemente guardado, defendido e ampliado. Denunciou-se, com veemência, que há tentativas de esvaziar esses princípios, por meio de discursos e práticas travestidos de inclusão, mas que, na prática, escondem intenções privatistas, segregadoras e elitistas.

Foi, acima de tudo, um espaço potente de escuta, troca e mobilização.

O debate, pulsante e engajado, reconheceu o SUS como um marco revolucionário na construção da cidadania e da justiça social no Brasil. Mas a luta pela consolidação do SUS exige mais do que palavras. É preciso fortalecer a atenção básica, valorizar os profissionais, desmercantilizar a saúde, incluir efetivamente as minorias e os territórios historicamente ignorados. Afinal, a sobrevivência do SUS depende do engajamento ativo dos movimentos sociais, dos trabalhadores da saúde, da academia, do poder público e, sobretudo, da força coletiva do povo brasileiro.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.